



Rev. Dr. Marcos Roberto Inhauser

Fone: (0XX19) 2121 5853 escrit. / 99798 6955 cel

www.inhauser.com.br / marcos@inhauser.com.br

www.pastoralia.com.br

TEXTO PUBLICADO NA COLUNA SEMANAL NO CORREIO POPULAR

A ESCOLHA DO REI

Marcos Roberto Inhauser

Na Antiguidade, especialmente na área do Oriente Médio, os reis eram considerados deuses ou filhos dos deuses. No antigo Egito, a designação Ramsés significava "gerado de Ra", um deus do panteão egípcio. No âmbito do povo judeu os reis não eram nem deuses, nem filhos dos deuses, mas pessoas escolhidas por Deus e por Ele ungidas para o exercício do governo.

Esta diferença foi crucial no entendimento que Israel teve de si mesmo como nação. Não só os reis eram escolhidos e ungidos por Deus, mas também eles, como nação, tinham sido escolhidos e eleitos por para ser uma nação diferente no seio das demais.

A cerimônia de unção e entronização dos reis era algo que tinha significado político-religioso, uma vez que era conduzida pelo Sumo-sacerdote. Esta relação próxima entre o rei e o sacerdote foi tornada mais explícita no reinado de Salomão que construiu seu palácio próximo ao templo e com acesso especial entre eles. No decorrer da história a relação entre ambos foi se solidificando, tornando-os que poderosos no seio da nação.

Por causa desta aliança político-religiosa surgiram os profetas que denunciavam as elites que usavam do poder para explorar o povo, as viúvas, os órfãos e os estrangeiros. Denunciaram reis e sacerdotes. Perceberam que o casamento entre ambos não trouxe benefício para o povo.

A diferença é que em Israel havia a lei e esta era aceita como tendo sido dada por Deus. Isto fez com que Israel fosse peculiar. Os reis não eram deuses, mas tinham uma lei de Deus para obedecer. Os profetas exerciam seu ministério de denunciar as coisas que os sacerdotes e reis eram desobedientes à lei. Daí porque a figura profética não surgiu nos demais povos, porque o rei nas outras nações era deus e sua vontade era divina. Denunciar atos dos reis que eram deuses era negar-lhes a vontade.

Diferentemente, em Israel o rei não tinha vontade soberana. Ele devia obediência à vontade de Deus expressa nos seus mandamentos. Estava aí o germe do conceito das futuras democracias constitucionais: um governante que é governado por um conjunto de leis. Por este conjunto de leis os reis eram avaliados no exercício do seu poder. É verdade que não havia o processo de impeachment, nem o instituto da reeleição, mas a história registrou a avaliação feita destes reinados.

Quando estamos prestes a eleger nossos governantes, convém que tenhamos em mente o critério da obediência ao conjunto de leis como forma de avaliar os candidatos em quem depositaremos nossa confiança. Se temos candidatos que em oportunidades anteriores mostraram que não estão dispostos a obedecer ao aparato legal e constitucional que norteiam as ações dos cidadãos e dos governantes, temos hoje o instrumento de avaliação imediata que é poderoso para não permitir que os desobedientes, os corruptos, os ladrões, os lavadores de dinheiro, os enganadores do povo, os mentirosos, sejam reconduzidos aos cargos.

Se na Antiguidade os reis eram julgados depois de mortos, hoje temos a condição de julgá-los com base nos seus atos anteriores, impedindo-os de retornar ao exercício do poder, porque já mostraram na oportunidade anterior que não têm condições, que não são confiáveis, que são desobedientes à norma constitucional, que são corruptos. Quem têm contas nos paraísos fiscais para esconder dinheiro oriundo de superfaturamento de obras, comissões sobre compras, tráfico de influência ou seja lá o que for, não pode e não deve ser reconduzido ao cargo.

A nação brasileira já sofreu muito com a corrupção. É hora de darmos um basta elegendo pessoas sérias e honestas para ocuparem cargos e para praticarem a justiça e promoverem a paz.